

CONSELHO DE GESTÃO DE PESSOAS

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 2025 (Processo SEI 23112.024860/2025-33)

Ao décimo nono dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às duas horas e nove minutos, o Conselho de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de São Carlos, previamente convocado por meio do **Ofício nº 7/2025/CoGePe/ProGPe**, de 08/08/2025, reuniu-se no Anfiteatro da Reitoria, campus São Carlos, e virtualmente por meio da plataforma Google Meet, no link: meet.google.com/azx-iufz-ghf. Após a resolução de problemas técnicos e instalação do quórum necessário para a reunião, a presidente, Profa. Jeanne Michel, agradeceu todos(as) os(as) Conselheiros(as) presentes, bem como os(as) participantes que acompanhavam a transmissão pelo Canal Oficial da UFSCar, por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=LVEGqy2bsTA>, e deu início à presente reunião tratando dos pontos que seguem.

1. INFORMES

1.1 Comunicações da Presidência

1.1.1 Novas vagas para A

Profa. Jeanne inicia fazendo a atualização sobre as novas vagas que serão disponibilizadas pelo MEC para reforço do quadro técnico da universidade, que para isso estão aguardando que o MGI publique o decreto de normatização da nova carreira técnico administrativa das universidades federais. Profa. Jeanne salienta o compromisso que a universidade fez com a sua comunidade de que não haverá expansão de cursos ou de novo campus se não houver condições estruturais.

1.1.2 Boas vindas a membro ouvinte

Profa. Jeanne dá as boas vindas ao representante da CISTAE, Nicanor José Costa, como membro ouvinte do CoGePe, lembrando que esta representação tem direito a voz mas não direito a voto no conselho.

1.1.3 Grupo de Trabalho para elaboração de nova Norma para concursos e seleções de docentes

Profa. Jeanne fala sobre as mudanças que vêm acontecendo na legislação sobre concursos, a necessidade de acompanhar essas mudanças, como a inserção de

cotas nos concursos de docentes, e considerando que a regra existente na UFSCar é de 2014, propôs anteriormente a criação de um grupo de trabalho para estudar essa normatização e solicitou a indicação de um titular e um suplente representando cada Centro acadêmico, para juntamente com a equipe da ProGPe que trata do assunto, discutir essa normativa. A profa Jeanne citou que já tem indicações do CECH, CCBS, CCET, CCGT e CCA. Solicita que o CCTS e o CCN façam suas indicações, para assim começarem os trabalhos.

1.1.4 Retomada das atividades da comissão de alocação de vagas docentes

Objetivo da comissão é identificar as desigualdades na distribuição de vagas institucionais, e que essa avaliação possa permitir uma equalização justa para todos os departamentos.

1.2 Comunicação dos membros

Profa. Cristina Paiva de Sousa pede a palavra e se disponibiliza para participar do grupo de trabalho para atualização da norma de concursos e seleções. A profa. Jeanne informa que o CCBS já indicou seus representantes e que toda contribuição é bem vinda e que seja feita através dos representantes indicados pelos centros.

2. Apreciação de atas

Profa. Jeanne iniciou com a abertura para a apreciação das atas da **20ª** Reunião Ordinária de 04/02/2025; **21ª** Reunião Ordinária de 01/04/2025 e **14ª** Reunião Extraordinária de 06/05/2025, não havendo manifestação, foram colocadas em votação e em seguida aprovadas por unanimidade.

3. Ordem do dia

3.1 Sistema SouGov Frequência

Profa. Jeanne fala sobre a cobrança por parte do Ministério Público Federal, já a alguns anos, para que a universidade implemente o sistema de ponto eletrônico e que essa é uma obrigação desde o Decreto nº 1590 de 1995. Com o advento do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), foi discutido, inclusive com o MPF, que iríamos trabalhar com a gestão do PGD e a necessidade de um sistema informatizado para acompanhamento do programa e um sistema de registro de frequência para as pessoas que não fizeram a adesão ao PGD, cerca de 300

peçoas. Isto acordado com o procurador, a equipe da SIn, tem desenvolvido uma nova aba no sistema Sagui para acompanhar o PGD, que está avançando mas ainda não está pronta. Neste ínterim houve uma provocação do TCU, da CGU e do MGI sobre trilha de auditoria de benefícios, principalmente sobre o auxílio transporte, benefício este recebido por pessoas que moram em cidades diversas à localização dos campi da universidade e que é concedido para o deslocamento de servidores para o seu local de trabalho, tem se identificado pessoas que recebem o benefício e que não estão efetivamente presentes. A provocação do MGI, através de ofício circular enviado a todas às universidades, solicitando que se tomassem providências à apuração da presencialidade, do efetivo deslocamento das pessoas que recebem esse benefício, e que se comprove perante a lei que o recurso público destinado à essa finalidade está de fato sendo utilizado para o que se destina.

Dadas estas circunstâncias, foi feita à adesão ao Sistema SouGov frequência, que é utilizado para registro do ponto eletrônico e também tem a funcionalidade de registrar a efetiva presença, onde a pessoa registra os dias que ela se deslocou e que a chefia ateste esse deslocamento.

Feita a contextualização, a profa. Jeanne passa a palavra para a Tainara, chefe do DeCP, para a apresentação do sistema SouGov frequência, suas funcionalidades e etapas do cronograma de implantação.

Abertura para perguntas: Profa. Cristina questiona se o Wifi da instituição não estiver funcionando poderá ser usado os dados móveis para registro da presencialidade no sistema, a profa. Jeanne esclarece que no sistema há um código específico para justificar este tipo de problema técnico e o chefe valida esta informação.

Profa. Isabela, diretora do CCBS, fala que não sabe quais servidores que estão sob sua chefia recebem auxílio transporte, Tainara e profa. Jeanne falam que será enviada essa informação às chefias, e que futuramente será disponibilizada essa informação no painel da ProGPe para consultas.

Profa. Mellina diz que utiliza o auxílio transporte e parabeniza a celeridade das servidoras Solange e Tainara em atualizar as informações no sistema quando há mudança de dias de deslocamento ou alteração de valores do auxílio transporte e pergunta se, mesmo fazendo o registro de efetivo deslocamento ainda é necessário fazer a previsão de dias de deslocamento no sistema Sougov.

Tainara responde que é necessário fazer a previsibilidade de dias de deslocamento no ato da solicitação do benefício e que ao registrar a

presencialidade na frequência vai se registrar o que aconteceu efetivamente, e conforme o número de registro de frequência, sendo mais ou menos dias que o previsto, o sistema ajusta para que seja pago o benefício sobre os dias de efetivo deslocamento e no caso de haver menos deslocamentos do que o previsto, seja feito o desconto dos valores.

Não havendo mais perguntas, a profa. Jeanne segue para o próximo item da pauta, atualização da norma de docente sênior, após o envio das contribuições dos Centros acadêmicos, apreciação delas para possível incorporação à norma, para posteriormente encaminhar como uma proposta para o ConsUni.

Profa. Jeanne faz uma consideração sobre o item sugerido de ressarcimento de despesas, enfatiza que não há rubrica para esse tipo de ressarcimento na universidade e que colocar em uma norma, já o que de antemão é sabido que não será possível cumprir é contraproducente e traz fragilidades. A profa. propõe que se faça uma redação que sinalize um desejo político na direção de valorização, de reconhecimento, mas sem colocar como uma obrigação de fazer, destacou a importância da proteção institucional

Na sequência, o prof. João Alberto Camarotto e a Profa. Elisabeth Marcia Martucci, integrantes do comitê dos aposentados da Adufscar, se apresentam para discussão das sugestões.

A Profa. Elisabeth agradece por estar diante do conselho fazendo esta discussão, informa que duas das sugestões já estão em prática e serão incorporadas ao texto da norma, que são o docente sênior coordenar projetos de extensão e o acesso e uso dos sistemas da UFSCar. A sugestão de que o membro do comitê gestor, representante de docente sênior, fosse eleito por seus pares, foi acatada. A sugestão de incluir a adesão ao programa docente sênior faltando seis meses da aposentadoria voluntária, assim como a aposentadoria compulsória que já estava prevista na norma, foi aprovada. A sugestão sobre atividades remotas temporárias especiais, como por exemplo docente sênior com viagem ao exterior por um curto período e continuar com suas atividades remotamente. A professora Elisabeth pontuou que as atividades podem ser presenciais e híbridas, desde que previstas no plano de trabalho do docente, sobre isso a profa. Jeanne destacou a necessidade de consultoria sobre a cobertura do seguro que é pago pela universidade, para a situação de trabalho remoto no exterior. A sugestão de que o relatório das atividades do período, seja apresentado bianual ao invés de anual foi aceita. A sugestão sobre espaço físico, de que o uso de salas compartilhadas ou de uso coletivo é uma condição mínima e não única, o compartilhamento não é obrigatório, não há impedimento caso o local de trabalho do docente tenha condições de proporcionar um espaço melhor de trabalho. A sugestão de

desburocratização do programa, de que tudo fosse feito no âmbito do departamento foi discutida e a profa. Jeanne esclareceu que não é possível desburocratizar a este ponto, o docente tem um vínculo formal com a instituição e fala em nome dela, e é preciso que a instituição tenha ciência do que está sendo feito, além da necessidade de ter instâncias mediadoras de conflitos. A profa. Isabela pontua que não necessariamente seja preciso levar ao ConsUni, que já tem uma pauta extensa e o tempo de espera pode atrasar o programa. Como solução as profas. Jeanne e Elisabeth sugerem que o comitê de avaliação seja este mediador, desde que o ConsUni delegue poderes a este comitê para fazer as aprovações e análises. A profa. Elisabeth se manifesta contra a sugestão de aceitar a adesão ao programa de quem tenha título de mestre, por considerar uma regressão se comparado ao programa de voluntariado que exige o título de doutor. A profa Jeanne sugere que seja uma regra geral, mas com a excepcionalidade permitida, desde que o comitê analise a proposta, o plano de trabalho.

A profa. Jeanne, ao final da apreciação das sugestões, propõe se reunir com o comitê para fazer os ajustes na redação da norma e posteriormente enviar a versão final aos conselheiros para aprovação online, sem a necessidade de aguardar a próxima reunião do conselho. Não havendo objeções, foi feito este encaminhamento.

Profa. Jeanne faz considerações finais e não havendo mais manifestações, às 16h16m, a presidente agradeceu os membros presentes e declarando encerrada a presente reunião, da qual, eu Angela Benteo de Oliveira, na qualidade de Chefe da Seção de Apoio ao CoGePe, redigi a presente ata, a qual será apreciada e aprovada pelos membros do Conselho de Gestão de Pessoas.

MEMBROS PRESENTES:

Presidente e Vice Presidente: Jeanne Liliane Marlene Michel (Pró-Reitora de Gestão de Pessoas) e Antônio Roberto de Carvalho (Pró Reitor Adjunto de Gestão de Pessoas).

Convidados - Jeferson Felipe Silvestre (SinTUFSCar), João Alberto Camarotto (ADUFScar, Nicanor José Costa (CISTAE).

Diretorias de Centros Acadêmicos - Ana Cristina Juvenal da Cruz (CECH); André Cordeiro Alves dos Santos (CCHB); Julia Silva Silveira Borges (CCN); Ricardo Toshio Fujihara (CCA); Luis Fernando de Oriani e Paulillo (CCET); Ana Lucia Brandl (CCTS) e Isabela A. de Oliveira Lussi (CCBS).

Representantes da Categoria Docente - Mellina Yamamura (DEnf/CCBS); Sérgio Henrique Evangelista (DEMec/CCET); Marcos Gonçalves Lhano

(CCN/LS); Márcia Richtielle da Silva; Felipe Christoff Wouters (DQ/CCET); Alexander Itria (DGero/CCBS) e Cristina Paiva de Sousa (DMP/CCBS).

Representantes Categoria Técnicos-Administrativos - José Nilton Fuzaro Brizante (DeA-Ar); Izabel Carolina Vargas Pinto Gogone (DBio-So); Carolina Silva Loureiro Camargo (CCEAm/LS); Silvia Raquel Bettani (DTAiSeR/Ar) e Juan Rodrigo Reis Miguel (PPGPsi/CECH).

Representante Categoria Discente - Arlei Olavo Evaristo (Pós-Graduação/PPGCTS).